

ESG E ESTADÃO EM 1964: LIMITES AUTORITÁRIOS DO LIBERALISMO

Celso Ramos Figueiredo Filho

Doutorando em Psicologia Social (PUC-SP), professor da Universidade Santo Amaro

Nos momentos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de 1964, houve grande afinidade entre o pensamento autoritário representado e divulgado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e o pensamento liberal, de que o jornal O Estado de S. Paulo era um dos principais porta-vozes.

Os proprietários do jornal, assíduos freqüentadores das reuniões do IPES, tornaram-se peça importante no esforço para desestabilizar o governo Goulart. Em julho de 1964, porém, o jornal ataca a ESG por identificá-la como autora das formulações doutrinárias seguidas por Castello Branco e que se chocavam com o liberalismo

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 foi fruto de uma conspiração contra o governo de João Goulart, que se prolongou desde a sua posse, em setembro de 1961, e envolveu diferentes segmentos da sociedade civil e das Forças Armadas brasileiras. Nela, destacaram-se o jornal *O Estado de S. Paulo*, então um quase centenário defensor do pensamento liberal, e a Escola Superior de Guerra (ESG), responsável pela criação e difusão da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Que aspectos teriam em comum os projetos políticos formulados por entidades tão díspares? Por que, nesse momento crucial da história republicana brasileira, houve uma tão grande comunhão de interesses? E, finalmente, o que levou ao rompimento

dessa aliança, a ponto de o *Estadão* ter sua sede invadida por tropas do II Exército, quando da edição do AI-5, em dezembro de 1968?

As respostas a essas indagações nos permitem traçar um quadro das representações que importantes segmentos das elites nacionais faziam sobre a política e a sociedade brasileiras.

A ESG foi fundada em 1948, com início de suas atividades letivas no ano seguinte. Sua criação ocorrera sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e da ex-

periência expedicionária brasileira na Itália, onde os “pracinhas” serviram sob o comando do Exército dos Estados Unidos da América. Essa convivência dos oficiais da FEB com seus pares norte-americanos foi decisiva na história do pensamento militar brasileiro.

Impressionados com o poderio organizacional e bélico das Forças Armadas dos Estados Unidos, muitos desses oficiais adotaram-no como um modelo a ser seguido. Decididos a criar condições para que o Brasil vies-

A Doutrina de Segurança Nacional, baseada no pensamento autoritário brasileiro dos anos 1920-30, na Sociologia positivista e no anticomunismo, foi influenciada pelas experiências do exército francês na Argélia e na Indochina

se a ser uma potência, nos moldes dos Estados Unidos, esses oficiais fundaram a ESG para ser um laboratório de idéias para a efetivação do projeto de “Brasil Potência”, e cujo resultado concreto foi a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a ESG seria também um centro preparatório das elites que conduziriam o Brasil a esse “inevitável” destino.

Ao longo dos anos 50, a ESG elaborou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a

DSN, que tinha como bases intelectuais os pensamentos autoritário e geopolítico brasileiros dos anos 20 e 30, a Sociologia positivista e o anticomunismo. Foi fortemente influenciada pelas experiências do exército francês na Argélia e na Indochina, de onde incorporou as noções de “guerra revolucionária” e “segurança nacional”. Propunha um Estado forte, centralizado, e que estimulasse o desenvolvimento industrial, visando ao aumento do seu poderio militar.

Seu melhor meio de difusão e aperfeiçoamento era o Curso Superior de Guerra, CSG. O curso tinha a duração de 41 semanas, com início nos primeiros dias de março e encerramento com uma cerimônia de diplomação dos formandos em meados de dezembro. Abrigava, a cada período letivo, cerca de cem estudantes, denominados “estagiários”, numa proporção relativamente equilibrada entre civis e militares, sendo que estes deveriam ter, no mínimo, patente de coronel, sem distinção de Força de origem. Nesse período, o estagiário deveria dedicar-se integralmente ao curso.

O objetivo regimental do CSG era a formação de pessoal, civil e militar, capaz de assessorar órgãos públicos ou privados, diretamente envolvidos no planejamento e na execução da política de segurança nacional. Nesse sentido, os esguianos deveriam “cooperar na expe-

rimentação e divulgação de uma metodologia de formulação e desenvolvimento de uma política de segurança nacional para o Brasil, inclusive da respectiva técnica de planejamento.”¹

Elitista por definição, a ESG só aceitava no seu quadro discente estagiários provenientes das mais altas camadas da sociedade. Os civis procediam tanto do serviço público quanto de empresas estatais ou privadas, todos com funções diretivas, e eram admitidos no curso somente com a chancela do Presidente de República. Exigia-se curso superior completo e, a partir de 1963, idade mínima de 35 anos. Eram escolhidos devido à sua capacidade de liderança junto ao seu círculo profissional, bem como pela importância estratégica, conforme os critérios da DSN, de sua atividade ou de sua empresa.

Após o curso, o diplomado no CSG deveria atuar como um multiplicador da DSN, principalmente através de cursos e palestras ministrados pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) em todo o território nacional. Certamente, esse era um dos mais importantes objetivos da Escola — a multiplicação da sua doutrina por todo o país — e a Adesg era o instrumento ideal para esse fim, pois ela contava com um escritório em praticamente todos os Estados brasileiros.² Foi através desses cursos de difusão

promovidos pela Adesg, muitas vezes em associação com o IPES³, que a conspiração anti-janguista encontrou muitos adeptos entre as elites conservadoras das diversas regiões do país, e diferentes e importantes aspectos da própria DSN foram aperfeiçoados.⁴ Conforme René Armand Dreifuss, a “plataforma ESG/Adesg serviu de laboratório de idéias e de campo de prova para projetos, proporcionando uma crucial contribuição para a formação da referida ideologia [do capitalismo associado-dependente]”.⁵

O Estado de S. Paulo, um ativo promotor da intervenção militar contra Goulart, a quem considerava “herdeiro do getulismo”, recebeu do IPES a incumbência de aterrorizar os leitores e desestabilizar o governo

O então quase centenário matutino paulistano, *O Estado de S. Paulo* (OESP), desde sua fundação em 1875, sempre se engajou nas causas políticas nacionais, o que lhe garantia, no início da década de 60, a posição de ser um dos maiores e mais influentes jornais do país. Considerava-se defensor do liberalismo, o que lhe causou graves dissabores durante a ditadura de Getúlio Vargas, a quem elegeu como principal inimigo, juntamente com o comunismo. Sua defesa

intransigente da propriedade privada — fundamento do liberalismo clássico — não escondia seu elitismo que, não raras vezes, esbarrava no mais escancarado racismo.

No processo conspiratório contra Goulart, foi um ativo promotor da intervenção militar para pôr fim àquilo que considerava como “os desmandos do caudilhe de São Borja.” Para o OESP, Goulart não passava de um “herdeiro do getulismo”, que visava a eternizar-se no poder e que, por isso, mancomunava-se com os comunistas. Seus diretores

e proprietários — a família Mesquita — eram assíduos freqüentadores dos encontros promovidos pelo IPES desde o início da década. Por isso, o jornal foi incumbido pela entidade de promover um clima de terror junto a seus leitores, com vistas a garantir a aceitação do golpe

junto à opinião pública. Portanto, diariamente, desde a vitória de Jango no plebiscito sobre a forma de governo, em janeiro de 1963, o jornal não descansou no intuito de desestabilizar o governo perante seus leitores. E, para tal, lançava mão de todos os recursos jornalísticos possíveis, principalmente os editoriais que passaram a atacar pessoalmente João Goulart.

Analisando as razões que levaram determinados grupos de elite da sociedade brasileira a optar pela solução golpista, René Armand Dreifuss observou que

elas foram, sobretudo, de natureza política, apontando especialmente para a falência do “pacto” populista. Tal crise política estaria evidenciada através do crescimento em importância e pela redefinição política dos assalariados urbanos, simultaneamente ao surgimento dos sindicatos rurais. Dreifuss identificou também o crescimento da importância da burguesia vinculada ao capital internacional e as dificuldades desta em romper a aliança política entre o PTB e o PSD, que era vista como um obstáculo para a hegemonia desse grupo no poder de Estado. O golpe foi, portanto, uma opção de forças políticas que “estabeleceu uma nova aliança”.⁶

Maria Helena Moreira Alves compreendeu o golpe também como uma reação do capital internacional e dos segmentos da sociedade

brasileira a eles associados à política de restrição à sua atuação no país, imposta pelo governo de Goulart⁷, ao crescimento da mobilização dos setores populares, até então pouco articulados politicamente, e às sucessivas crises institucionais que ocorreram no país desde 1961. Todos esses fatores somados eram encarados como óbices à otimização da reprodução capitalista no Brasil. Portanto, tratou-se de um golpe de classe, com vistas à implantação de um “Estado associado-dependente”.⁸

Quanto aos militares, eles foram indispensáveis para a efetivação do golpe e a instauração do Estado de Segurança Nacional. Na ótica da Escola Superior de Guerra, o Brasil vivia terrivelmente ameaçado pelo “movimento comunista internacional”, que estaria infiltrado em diversas instituições e no próprio governo federal e nas Forças Armadas.

Paralelamente, os políticos civis eram tidos pela ESG como “interesseiros e mesquinhos”, não se preocupando verdadeiramente com os destinos do Brasil.

Apesar de existir desde 1961, a conspiração militar só ganharia corpo após o Plebiscito de 1963. Na esfera civil, o IPES logo demonstrou ter condições operacionais para articular um movimento subversivo de envergadura nacional

Os militares, ao contrário, se consideravam superiores moralmente aos políticos, pois, em suas próprias palavras, eram “abnegados pelo amor à Pátria” e “desinteressados” de benefícios e vantagens pessoais, além de conhecerem *in loco* todos os problemas do Brasil. Por todos esses motivos, os militares deveriam assumir o poder, permanecendo nele o tempo necessário para realizar uma operação “saneadora” contra a subversão e a corrupção. Foi, pois, dos bancos esguianos

que saíram algumas das mais importantes lideranças golpistas e do regime militar, como os generais Castello Branco, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva, João Figueiredo e Carlos de Meira Mattos. Além disso, a Doutrina influenciou a todos os governos do ciclo militar e deu coesão ideológica às Forças Armadas desde a conspiração.

A trama golpista ocorreu da seguinte forma. Tendo sido derrotados no seu propósito de impedir a posse de Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros em 25/8/1961, imediatamente formaram-se núcleos golpistas para destituir o novo presidente recém-empossado, mesmo sob o regime parlamentarista.⁹ O temor que pairava sobre João Goulart remontava a seu passado de ligação com Getúlio Vargas, em cujo segun-

do governo havia sido ministro do Trabalho até 1954, sendo destituído após ter sido duramente criticado por um grupo de oficiais quando da concessão de um reajuste de 100% no salário mínimo. Pesava sobre ele, também, a acusação de conivência com os comunistas que estariam “infiltrados” na administração federal. As palavras do general Ernesto Geisel, notório esguiano, podem ser tomadas como reveladoras do estado de espírito da Escola com relação a Goulart:

*o seu governo seria faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora, em detrimento do desenvolvimento do país — era a tendência para a esquerda. Nas Forças Armadas, desde a Revolução de 1935 (a Intentona Comunista), passamos a considerar o comunismo o principal problema de segurança interna.*¹⁰

Apesar da sua existência desde 1961, a conspiração somente ganharia corpo em 1963, por ocasião do restabelecimento do presidencialismo. No entanto, diversos dos oficiais entrevistados pelo CPDOC informaram que ela não possuía um comando unificado, centralizado. Ao contrário, a conspiração se dava em focos desconexos, espalhados por todo o território nacional.¹¹ Na esfera civil, diversas organizações anticomunistas não conseguiam articular um movimento coeso, o que só foi conseguido com o surgimento e crescimento do IPES. Este, ao reunir membros da elite empresarial e militar brasileira, logo demonstrou ter condições financeiras e operacionais para articular um movimento subversivo de envergadura nacional, escondido sob a sua fachada legal.¹²

À imagem de “esquerdista”, Goulart veria somar-se outro fator de desgaste da sua pessoa junto às Forças Armadas: o uso de critérios políticos, em vez de militares, para a promoção de oficiais.¹³ Todavia, o efetivo engaja-

mento de muitos oficiais na trama golpista só se daria no decorrer do mês de março de 1964, como reação à sucessão de fatos que definitivamente selou a sorte do presidente: o comício da Central do Brasil (13/3), o levante dos marinheiros e fuzileiros navais (26/3) e, finalmente, o jantar no Automóvel Clube (30/3). Premido pela necessidade de buscar apoio político nas esquerdas e nos setores nacionalistas, João Goulart adotou a estratégia de enfatizar as “reformas de base”. O comício de 13/3 no Rio de Janeiro, inaugurando o que seria uma série de

Em palestra de 1965, a ESG apresentou o golpe como uma reação espontânea de amplos setores da sociedade brasileira ao processo de “comunização” do país

eventos semelhantes, a ser concluída num grande festejo do Dia do Trabalho, em São Paulo, fez com que muitos oficiais e parcelas da sociedade civil acreditassem que o presidente estava deliberadamente iniciando um processo de comunização do país.¹⁴

Os episódios da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais, que culminaram com a anistia presidencial aos amotinados, já haviam tido um precedente no ano anterior, quando em setembro, centenas de sargentos se sublevaram em Brasília. Para os oficiais, esses fa-

tos significavam a ruptura de toda a hierarquia e a ordem nas Forças Armadas, pondo em risco até mesmo sua sobrevivência institucional. A presença do Presidente no jantar em sua homenagem, oferecido pela Associação de Sargentos, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, entendido por esses oficiais como mais uma quebra da cadeia hierárquica, foi responsável pela eclosão do movimento golpista na madrugada de 31/3.

Este teve início com o levante das tropas sediadas em Juiz de Fora, sob o comando do general Olympio Mourão Filho e, poucas horas depois, daquelas estacionadas em Belo Horizonte, sob as ordens do general Luís Carlos Guedes. Ambas marcharam rumo ao Rio de Janeiro.

Para a conclusão da trama golpista, foi imprescindível a participação de políticos civis, com destaque para os governadores dos estados de Minas Gerais (Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda), São Paulo (Ademar de Barros) e Paraná (Ney Braga). Os três primeiros tinham aspirações presidenciais no pleito previsto para outubro de 1965, e sua adesão ao golpe pode ser compreendida também como uma forma de enfraquecimento da aliança entre o PTB e o PSD, que acenava com a candidatura de Kubitscheck.

Vale ressaltar o papel de destaque dos Estados Unidos no processo de desestabilização do gover-

no de João Goulart desde seu início, ainda na fase parlamentarista. Os EUA, a partir dos seus consuladados em diferentes cidades brasileiras, através de ações dirigidas e financiadas pela CIA, atuavam conjuntamente às entidades da sociedade brasileira empenhadas na destituição do Presidente. O IBAD, o IPES e centrais sindicais como a Rede Democrática dos Trabalhadores Livres (Redestal), no Rio de Janeiro, e o Movimento Sindical Democrático (MSD), de São Paulo, agiam em coordenação com os agentes norte-americanos.

Quando do golpe de 1964, de cuja trama o embaixador dos EUA no Brasil estava plenamente informado, uma poderosa esquadra na Marinha de Guerra norte-americana foi deslocada para o Atlântico Sul. A força-tarefa era composta de diversas e diferentes

belonaves, inclusive um porta-aviões transportando aeronaves de combate, além de armas, munições e suprimentos suficientes para três meses de guerra. Vinham também embarcados cerca de 5.000 soldados, que poderiam ser acrescidos às forças golpistas. Era a chamada “Operação Brother Sam”, que visava a dar o apoio militar necessário para a vitória dos revoltosos no caso de uma reação mais forte dos militares leais a Goulart.

Em tempo, o novo governo brasileiro, presidido pelo deputado Ranieri Mazzili, empossa-

do na madrugada do dia 3/4, foi imediatamente reconhecido pela Casa Branca.

Para a ESG, na palestra “A subversão no Brasil e o movimento de 31 de março. Situação atual”, ministrada no CSG no início de 1965, o “movimento cívico-militar” que depôs o governo do presidente João Goulart e deu início à implantação do Estado autoritário brasileiro foi uma reação espontânea de amplos setores da sociedade brasileira contra o processo de “comunização” do país, que contava “com o apoio oficial

No aspecto político, eram freqüentes as críticas da ESG a Goulart. As práticas políticas “populistas”, assim como os discursos nacionalistas, eram apontados como “capas” sob as quais se escondia o Movimento Comunista

do próprio Presidente da República”, conforme podemos apreender das palavras dos seus autores:

*Frentes democráticas foram surgindo, os meios de publicidade e divulgação reagindo, dissidências sindicais e estudantis arregimentando-se para a defesa do regime e da liberdade (...). E houve a Revolução de 31 de março de 1964.*¹⁵

Nessa conferência, os autores preocuparam-se em demonstrar o intenso grau da infiltração comunista em praticamente todas as esferas da vida nacional, inclu-

sive dentro das próprias Forças Armadas. Nelas, a “disciplina e a hierarquia militares estavam ameaçadas”, sem que o alto-comando tomasse medidas que visassem a detê-la, como ilustraria o episódio da revolta dos marinheiros, no Rio de Janeiro, em 26 de março de 1964, quando “os rebeldes foram soltos e não foram previstas punições.”¹⁶

O golpe, então, fora dado para atender a uma demanda popular e erradicar a ameaça comunista que pairava sobre o país, além de restabelecer a ordem interna, aba-

lada pela onda crescente de greves e agitações subversivas. Além disso, o golpe também teria ocorrido para se recuperar a disciplina e o senso de hierarquia no interior das Forças Armadas.

Se, para a ESG, qualquer mobilização popular estava sujeita à pecha de “comunista”,

em consonância com a DSN, os anos iniciais da década de 60 foram particularmente preocupantes, a ponto de ter tido como desfecho o golpe de 31 de março, visto por alguns militares da instituição como uma reedição vitoriosa da tentativa de “golpe branco” dos ministros militares do governo Quadros por ocasião da sua renúncia em 1961.¹⁷

Noutra conferência, a estrutura e as práticas administrativas do governo Goulart também seriam alvo de críticas, seja do ponto de vista da sua “ineficácia”, seja do “em-



O presidente João Goulart, acusado de “populista” e “ineficaz”

preguismo e favoritismo legislativo” que prevaleceriam no serviço público federal.¹⁸ Para o conferencista, Goulart nada teria feito para combater esse estado de coisas, como também não teria agido no intuito de diminuir o “gigantismo” da administração, racionalizar os seus métodos e diminuir a dependência dos Estados e dos municípios com relação à União.¹⁹

A ausência de um planejamento econômico também seria apontada como responsável pelo agravamento da crise financeira que se abatia sobre o país. A falta de estudos e de pesquisas

estatais sobre o panorama sócio-econômico do país, destinados a orientar aos investidores, teria feito com que volumosos capitais internacionais deixassem de entrar no país durante o governo Goulart. Simultaneamente, essa falta de racionalidade administrativa teria ampliado ainda mais as disparidades regionais, fazendo com que a riqueza do país se concentrasse no Centro-Sul.²⁰ Em resumo, o governo era apontado como exemplo de ineficácia administrativa e fragilidade.

No aspecto político, eram frequentes as críticas da ESG ao go-

verno Goulart, sobretudo pela sua suposta omissão, ou conivência, para com a atuação do “movimento comunista internacional” (MCI) no país. Neste sentido, as práticas políticas “populistas”, assim como os discursos nacionalistas, eram apontados como “capas” sob as quais o MCI se escondia para poder atuar com maior liberdade de movimentos. Da mesma forma, a Frente Parlamentar Nacionalista, FPN, que reunia os deputados federais e senadores das diferentes legendas que apoiavam o governo Goulart, também seria acusada

de servir como um instrumento soviético: “as frentes, embora dirigidas pelo PC da URSS, procuraram parecer independentes”, mas “são, na realidade, agências de guerra política.”²¹

Alguns setores da administração pública, como já observamos, devido ao potencial “subversivo” ou “propagandístico” de suas atividades, seriam preferencialmente escolhidos pelo MCI para a infiltração dos seus agentes. Dentre eles, o coronel Mário Andreazza, palestrante da ESG, destacava a Supra e o Ministério da Educação. A primeira teria facilitado a ação das Ligas Camponesas, enquanto o segundo teria desenvolvido um programa de alfabetização de adultos, o método Paulo Freire, adequado ao “proselitismo esquerdistas.”²²

Quanto a OESP, foi pelo prisma do elitismo que avaliou-se a vitória de Goulart no plebiscito de 6/1/1963, ou seja, ela teria sido fruto da ignorância generalizada do eleitorado nacional: “o corpo eleitoral brasileiro não possui discernimento para compreender que o plebiscito (...) se baseou numa deturpação indiscutível do texto constitucional (...)”²³ O articulista tinha dificuldade em cogitar da hipótese de que o seu projeto político não encontrava, muitas vezes, o respaldo popular desejável, justamente por ser elitista, e procurar manter sob tutela amplos setores

da sociedade. Enfim, tratava-se de uma visão autoritária de mundo e de prática política.

No ápice da campanha governamental pelas reformas, ou seja, entre os meses finais de 1963 e iniciais de 1964, a reforma eleitoral, que ampliaria o direito de voto aos analfabetos, era uma das mais criticadas pelo jornal. Para o PTB, a conquista desse direito pelos analfabetos poderia representar a ampliação do seu eleitorado. Já na visão do OESP tratava-se não somente de uma questão meramente eleitoral, mas

No ápice da campanha governamental pelas reformas de base, a proposta de extensão do direito de voto aos analfabetos era uma das mais criticadas pelo Estadão, que via nela “monstruoso atentado ao pundonor nacional”

da preservação de uma sociedade racialmente mais “higiênica”:

*temos o precedente de 1889, quando 3 milhões de africanos saíram das senzalas para servir de massa de manobra da política oligárquica — que permitisse a cerca de 40 milhões de analfabetos constituírem a voz dominante nas crônicas eleitorais desta trágica república.*²⁴

Se não bastasse a contundência da argumentação acima, poucos dias depois, o jornal volta à carga, novamente contra o voto ao analfabeto. Para OESP, “con-

ceder o voto ao analfabeto seria tornar extensiva a todo o País a mentalidade reinante na Baixa do Sapateiro, na periferia do Recife e Fortaleza e nos morros da Guanabara. (...) monstruoso atentado ao pundonor nacional”.²⁵

OESP, desde 1963, comungava dessas opiniões com a ESG. O golpismo explícito de OESP teve três momentos de apogeu. O primeiro quando do levante dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963. O segundo poucas semanas depois, quando João Goulart pediu licença para o Congresso para poder decretar “estado de sítio”. E, finalmente, a terceira “crise” golpista se deu nas semanas que antecederam a deposição do governo.

Vislumbrando no episódio de Brasília o prenúncio de uma série de atos que culminaria com a instalação de uma “ditadura de esquerda”, o jornal, nos seus editoriais, conjecturava: “(se) as Forças Armadas não se dispuserem a agir enquanto não lhe tolherem os movimentos”, elas serão igualmente vítimas de “um trabalho de desarticulação do sistema defensivo da Nação.”²⁶ Desejando ao mesmo tempo que antevendo “até mesmo a repetição dos acontecimentos que em 1945 e 1954 apearam do poder o ditador Vargas”, o editorialista de OESP habilmente estimulava o espírito golpista dos seus aliados, enquanto ameaçava aos adversários: “A Nação está a

postos e sabe que conta hoje com o poder incontestável das Forças Armadas para defender, seja em que terreno for, as suas prerrogativas constitucionais.”²⁷

Quando da tentativa de Goulart de implantar o “sítio” no Brasil, o jornalista foi ainda mais efusivo no seu apelo aos militares:

*O que nos espanta e estarrece é que os chefes das nossas Forças Armadas não se tenham convencido até agora de que não é um governo isso que aí está, e que é faltar com o respeito que eles devem ao país o recusarem-se a agir, enquanto é tempo, com a altivez e a visão das coisas brasileiras que demonstraram em outubro de 45 e em agosto de 54.*²⁸

O episódio encerrou-se de modo lacônico para o governo, que se viu obrigado a retirar a “mensagem” do Congresso devido ao isolamento político em que se encontrou. Inclusive, no interior do Exército, a resistência ao “sítio” foi intensa, como atestou o proprietário de OESP, o jornalista Júlio de Mesquita Filho, citando como exemplo o documento do Chefe do Estado-Maior dessa Força, general Castelo Branco, enviado ao ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, manifestando-se “*formalmente contrário ao estado de sítio*”.²⁹

Nas semanas que antecederam o golpe, o jornalista acentuou o teor alarmista dos seus textos e, consequentemente, passou a apelar

com maior intensidade para que as Forças Armadas salvassem “*o País da trama diabólica que os comunistas lhe prepararam*”.³⁰ Estimulava assim, explicitamente, a ação golpista das Forças Armadas.

Claramente ameaçando o governo, no final de fevereiro de 1964, no editorial de 26/2/64, informava-se que era crescente a “*insatisfação causada em largos círculos do Exército pela onda de subversão que avassala o País*”.³¹ E, para comprovar a ação “saneadora” que as Forças Armadas eram capazes de

O Estadão apontou em seus editoriais os vícios da democracia: “o contato direto com o povo”, “manifestações das massas populares nas ruas”, “o vozerio ensurdecido da turba entregue aos seus mais baixos instintos”

realizar, apontava para a atuação do IV Exército frente aos conflitos rurais em Pernambuco, que teria evitado a implantação de um foco de “guerra revolucionária” naquele Estado, quando na verdade se tratava de conflitos pela posse da terra no contexto da luta pela reforma agrária.³²

Finalmente, quando da revolta dos marinheiros e fuzileiros navais na última semana de março de 1964, o editorialista identificou a concretização de um plano previamente arquitetado por

Goulart para destruir a Armada brasileira, assim como já teria feito com a Aeronáutica no ano anterior, quando da revolta dos sargentos em setembro. Incitando o Exército ao golpe-de-Estado, argumentava: “*Já não temos uma Aeronáutica digna desse nome, e o que resta da Marinha não merece verdadeiramente a designação de corporação militar.*”³³

Os setores que apoiavam o presidente João Goulart, a exemplo daqueles que compareceram ao comício da estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, eram classificados pelo articulista de “*hordas desenfreadas*” e de “*turbas ululantes*”.³⁴ Repudiando a “política de massas” promovida por Goulart, assim lamentava o jornal: “*não há democracia sem o contato direto com o povo, sem as manifestações das massas populares nas ruas, sem o vozerio ensurdecido da turba entregue aos seus mais baixos instintos*”.³⁵

Em oposição, as “elites”, que representariam as “forças vivas da economia brasileira”, debateram “com isenção e serenidade”, no I Congresso para a Definição das Reformas de Base, ocorrido em São Paulo em meados de janeiro de 1963, “os destinos da nacionalidade” e a “solução que melhor convinha aos interesses coletivos”, sob a ótica da “ciência e da técnica”.³⁶ Na visão elitista do jornal, as elites debatiam serenamente em recintos fechados; já

a democracia janguista se atirava às ruas, animallescamente.

Portanto, os argumentos do jornal e da ESG eram coincidentes. Ambos viram no golpe de Estado a única possibilidade de derrota do MCI e a reafirmação dos “valores da liberal-democracia”. Simultaneamente, a deposição de Goulart seria saudada como a possibilidade de se efetuarem os expurgos necessários em todas as esferas da vida social brasileira, e de recuperar a disciplina e o senso de hierarquia nas Forças Armadas, além de combater a corrupção.

Numa perspectiva geopolítica, o golpe de 1964 representava a possibilidade da adesão incondicional do Brasil à política externa norte-americana e, conseqüentemente, a transformação do país na “fortaleza sul-americana”, da qual já falava Golbery em artigo de 1955, contra o expansionismo comunista.³⁷ Para o sucesso dessa empreitada, não bastaria o abandono da “política externa independente” promovida pelos governos Jânio e Goulart: seria necessário também o combate aos agentes do MCI infiltrados no Brasil, o que, por sua vez, implicaria um Executivo fortalecido, uma sociedade civil domesticada e uma rede de inteligência atuando no seio da sociedade para detectar as menores possibilidades de oposição.

Em termos econômicos, o gol-

pe possibilitaria aos setores das elites brasileiras interessados em ampliar os vínculos com o capital internacional assumir o poder de Estado de forma hegemônica. Segundo René Armand Dreifuss:

“A nova relação entre o Estado (pós-golpe), as classes dominantes e o bloco de poder multinacional e associado permitiu ao IPES moldar o processo de modernização econômica. Os anéis burocrático-empresariais foram consolidados. Os grupos econômicos que não pertenciam ao bloco de poder fi-

Numa perspectiva geopolítica, o golpe de 1964 permitia a incondicional adesão à política dos EUA, e a transformação do Brasil na “fortaleza sul-americana” contra a expansão comunista, da qual Golbery já falava em 1955

*nanceiro-industrial multinacional e associado foram excluídos dos processos principais de formulação de diretrizes.”*³⁸

O afastamento dos nacional-reformistas e dos setores oligarco-tradicionais da cúpula decisória do poder de Estado, através de uma medida de força, bem como a repressão implacável aos sindicalistas e às demais lideranças políticas e sociais ligadas à ordem anterior, foi o caminho escolhido pelo complexo IPES-ESG para alcançar o controle do

Estado. O acirramento das lutas populares com bombásticas e diferentes repercussões no interior das Forças Armadas, as vacilações políticas do governo Goulart, aliadas às freqüentes denúncias de corrupção envolvendo órgãos federais, forneceram material jornalístico suficiente para que vários órgãos da grande imprensa noticiassem que o país estava à beira da comunização. Essa campanha promovida pelos meios de comunicação contribuiu para a adesão dos setores médios urbanos à causa golpista, a exemplo da “Marcha”, assegurando-lhe assim alguma legitimidade popular.³⁹

O general esguião Castello Branco tomou posse, em Brasília, no dia 15/4/1964. Dois dias antes, o “Comando Supremo da Revolução” havia editado aquele que seria o primeiro dos famigerados Atos Institucionais.

Através dele, dezenas de parlamentares tiveram seus mandatos cassados, vários militares identificados com o governo deposto foram transferidos para a reserva, funcionários públicos afastados de suas funções e entidades da sociedade civil sofreram intervenção federal. Além disso, o Executivo federal concentrou poderes, retirando do Legislativo a prerrogativa orçamentária.

Era o modelo estatal proposto pela Doutrina de Segurança Nacional que se tentava implantar. Castello Branco, fiel a suas



Partidários de Jango comparecem ao comício de lançamento das Reformas de Base, às vésperas do golpe

origens intelectuais e, ideologicamente, afinado aos preceitos doutrinários, adotou uma política econômica que assegurava ao Estado o controle sobre setores da economia considerados estratégicos pela DSN, tais como telecomunicações, siderurgia, mineração, portos e energia. Além disso, para acelerar o desenvolvimento econômico do país, a formação de uma poupança interna foi estimulada, mas às custas das classes trabalhadoras.⁴⁰ Na política externa, Castello Branco abandonou a “independência” que caracterizou os dois governos ante-

riores, e buscou estreitar os laços com os Estados Unidos.

A administração estatal passou

Castello Branco adotou uma política econômica que assegurava ao Estado o controle sobre setores da economia considerados estratégicos pela Doutrina da Segurança Nacional, e procurou prestigiar os conspiradores civis da UDN e do PSD

a ser encarada como uma questão meramente técnica, esvaziando-se assim dos seus aspectos políticos. Por isso, para postos importantes

da estrutura estatal foram indicados técnicos ou militares — os chamados “tecnocratas”. Contudo, o novo governo não podia prescindir completamente dos seus aliados civis. Portanto, Castello Branco procurou prestigiar as lideranças do PSD e da UDN, que haviam participado ativamente no processo conspiratório, nomeando-as para cargos na administração federal.

Júlio de Mesquita Filho, desejoso de influenciar os rumos que seriam dados ao Brasil pelo governo que sucedesse ao de Goulart, redigiu, ainda em 1963, um “Roteiro

da Revolução” e o fez circular entre o alto oficialato.⁴¹ Nele, o jornalista propôs um governo discricionário, por prazo não maior do que três anos. O Congresso deveria ser fechado e o Judiciário sofrer os “expurgos necessários” para “livrá-lo dos elementos oriundos da ditadura getulista”. Em termos econômicos, indicava a adoção da “filosofia neoliberal” e de uma política externa afinada com os interesses norteamericanos.

Os editoriais de OESP publicados nos meses que se seguiram ao golpe foram fiéis a esses propósitos esboçados no “Roteiro da Revolução”. Daí, os primeiros pontos de discordância com o governo Castello Branco, tão logo este tomou posse.

O jornal mostrou-se inconformado com a manutenção do Congresso e, pior, udenista como era, enfureceu-se com a indicação de políticos do PSD para cargos importantes, a exemplo da nomeação do senador José Maria Alkmin para a vice-presidência da República. A vigência do AI-1, limitada a 15/6/64, também recebeu severas críticas do jornal. Segundo ele, esse prazo seria muito curto para o tamanho da “obra saneadora das instituições” a ser feita pelo governo Castello Branco. Certamente, o jornal tencionava a ampliação dos expurgos para todos os políticos que, eventualmente, ameaçassem a candidatura à Presidência da República do udenista Carlos Lacerda.

No plano econômico, a administração Castello Branco foi igualmente criticada pelo OESP. Coerente como seu propalado liberalismo, o jornal condenou enfaticamente as medidas intervencionistas do governo, em particular aquelas que preservaram o monopólio estatal nos setores de refino de petróleo e energia elétrica.⁴²

Todo esse descontentamento do jornal com relação à administração do general Castello Branco nos permite compreender o ácido editorial alusivo à ESG, publicado em 31/7/64.⁴³ Nele, o jornal responsabiliza a Escola

O intervencionismo estatal na economia, a aliança com políticos do PSD e a decisão de restringir a sucessão de Castello aos quartéis, preterindo Lacerda, levaram o Estadão a romper com o primeiro governo militar

pelos “desvios” dos propósitos iniciais do movimento de 1964, e isto se deve ao fato de muitos dos oficiais esguianos *suporem-se, só por terem cursado as superficialíssimas aulas de seus programas, em condições de opinar decisivamente sobre matérias que sempre foram e devem continuar a ser da exclusiva alçada dos civis que nelas se especializaram.*⁴⁴

Com este editorial, o jornal tencionava assinalar claramente o seu afastamento do grupo esguiano e, implicitamente, formalizar

o seu apoio à oposição militar a este grupo, ou seja, à “linha dura”. Efetivamente, ao longo de 1965, o jornal vai explicitando sua adesão à “linha dura”, cuja “*jovem oficialidade não descuidaria dos princípios revolucionários*”.⁴⁵

Da fundação de Escola Superior de Guerra, em 1949, até o golpe de 1964, passaram-se 15 anos — tempo necessário para a maturação e o aperfeiçoamento da Doutrina de Segurança Nacional, que exigia um Executivo forte e centralizado para a realização do projeto de “Brasil Potência” proposto pela entidade.

Neste ínterim, ocorreram outras intervenções das Forças Armadas na vida política nacional, a exemplo de 1954, 1955 e 1961. Porém, em nenhuma dessas ocasiões a ESG atuou de forma tão decisiva como o fez em 1964, o que comprova o amadurecimento de seu projeto, difundido pelo Curso

Superior de Guerra.

No período presidencial de João Goulart, o país reuniu as condições necessárias para que o regime pós-46 fosse definitivamente substituído, assim o entendiam os ideólogos esguianos. A falência da política populista, aliada à estagnação econômica e ao acirramento das reivindicações populares em torno das “reformas de base”, forneceram aos adversários do regime os argumentos e as condições ideais para a sua destituição.

A implantação do projeto esguiano exigia um modelo econômico profundamente limitador da distribuição de renda. A estrutura política, institucional e legal vigente no Brasil desde 1945, juridicamente regulamentada pela Constituição de 1946, inviabilizava a realização desse projeto. Os direitos civis assegurados pela Carta Magna, ainda que restritos a uma pequena parcela da população brasileira, representavam a possibilidade legal de virtuais manifestações de oposição, por parte da sociedade civil, a esse projeto. Igualmente, o sistema eleitoral, que previa eleições diretas e periódicas para todos os níveis do Executivo e do Legislativo, possibilitava o acesso de lideranças indesejáveis, leia-se populares e ou esquerdistas e nacionalistas, aos cargos mandatários.

Simultaneamente, a luta pelas “reformas” mobilizava contingentes cada vez maiores da população. Caso elas viessem a ser implementadas, ainda que parcialmente, dariam ao PTB e aos movimentos populares e nacionalistas uma força política indesejável aos olhos da ESG. O regime precisava ser, portanto, substituído, e o presidente, deposto. Neste aspecto, a ESG contou com apoio de setores liberais, dentre eles o que encontrava representação junto ao jornal OESP.

As medidas autoritárias previstas pela DSN foram aplaudidas nas páginas de OESP. O cerceamento das liberdades civis e dos direitos individuais, representado pelas medidas impostas a reboque do AI-1 — cas-

sações, intervenções, perda dos direitos políticos etc., assim como as sucessivas alterações da legislação eleitoral, que culminaram com a decretação do AI-2, em outubro de 1965 — devem ser compreendidas como elementos desse mesmo processo, voltado para a viabilização do projeto esguiano. Para que ele se efetivasse, era preciso uma centralização cada vez maior do poder nas mãos do Executivo.

De acordo com o projeto esguiano, não havia a possibilidade de o modelo econômico obter sucesso sem uma certa dose de intervencionismo estatal. Por razões estratégicas, nos termos da DSN, alguns setores da economia deveriam ficar sob a tutela do Estado. Este foi um dos pontos de discórdia entre o jornal e o governo do general Castello Branco. Para OESP, as intervenções estatais deveriam

ter um caráter meramente diretivo ou, no máximo, suplementar à iniciativa privada, naquelas áreas onde a sua atuação não fosse satisfatória, ou, noutros termos, que não fossem rentáveis o bastante para atrair a atenção dos investidores.

Concordante com a ESG quanto à necessidade de estreitamento da esfera pública, visando ao “saneamento político e moral da Nação”, OESP, no entanto, exigia que as medidas repressivas se aprofundassem ao longo do mandato do governo do general Castello Branco. Para que isso ocorresse, o jornal apelava para a “oficialidade jovem”, ou seja, a “linha dura”, conclamando-a até mesmo a depor o presidente Castello. Esse limite do libe-



Arte sobre foto do Acervo Iconographia

ralismo de OESP demonstra uma vez mais o antidemocratismo dos representantes do jornal. Tal posição revelava o temor pela perda dos privilégios das elites, das quais o jornal se considerava porta-voz, além da defesa da iniciativa privada ante as medidas estatizantes anunciadas pelo governo Goulart. Ora, combater Goulart era combater o estatismo getulista e o seu viés trabalhista, ao qual se opusera o jornal nos anos 30 a 50.

Evidentemente, OESP tentou fazer uso das Forças Armadas com vistas à erradicação dos “males” do país, esperando que com isso se abrisse o caminho de Brasília para seu candidato civil, Carlos Lacerda, considerado capaz de implantar o projeto político defendido pelo OESP, após o saneamento da ordem levada a efeito pelos militares. Contudo, o jornal não percebeu a necessidade de o governo Castello Branco, nos primeiros meses do seu mandato, manter vínculos com antigas elites políticas regionais a fim de conseguir o apoio político necessário para garantir a sua governabilidade. Vendo isso como uma ameaça aos seus objetivos, o jornal passou a hostilizar o novo governante. O clímax da divergência ocorreu quando o jornal se deu conta da intenção do governo de promover a sucessão presidencial dentro dos quartéis. Doravante, os apelos do jornal seriam dirigidos para a “oficialidade jovem” das Forças Armadas para que ela retomasse os “rumos da revolução”, dos quais o governo Castello Branco teria se desviado.

Os representantes de OESP viam na “Revolução de 64” a possibilidade de efetivação de seu projeto político-econômico. Perseguido e adiado havia décadas, pelo menos desde o final dos anos 20, no início da década de 60 OESP vislumbrou na mudança política de 1964 a possibilidade, já muito acalentada, de levar à Presidência um candidato cujo perfil tivesse sido delineado nas redações do “Bravo Matutino”.

Notas

- 1 Escola Superior de Guerra, Regulamento, 4/12/63, art. 37.
- 2 Escola Superior de Guerra, Regulamento, 4/12/63, art. 64.
- 3 IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Organização classista patronal, criada no início dos anos sessenta. Congregou diferentes segmentos das elites nacionais, inclusive militares e o jornal OESP, no processo conspiratório contra Goulart.
- 4 René Armand Dreifuss informa que, desde a sua fundação até 1975, a ESG havia formado 1294 civis e 1621 militares. A ADESG, nos seus cursos, quase sempre noturnos e de curta duração, formara 25000 pessoas, entre civis e militares. DREIFUSS, René Armand -1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe, 3a. edição, Petrópolis: Vozes, 1981, p. 80. A existência e funções da ADESG eram previstas pelo próprio regulamento da Escola. ESG, Regulamento, art. 64.
- 5 DREIFUSS, René Armand – op. cit., p. 113.
- 6 DREIFUSS, op. cit., p. 148.
- 7 Notadamente, a Lei de Remessa de Lucros, aprovada pelo Congresso Nacional em 1962, mas que só foi regulamentada pelo Presidente em janeiro de 1964, justamente para evitar mais um foco de atrito com os setores da burguesia vinculados ao capital internacional e aos Estados Unidos.
- 8 ALVES, Maria H. Moreira – Estado e oposição no Brasil (1964-1984), 2a. edição, Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 21-22.
- 9 O general Cordeiro de Farias, igualmente célebre esguiano, chefe do EMFA do governo de Quadros, e que havia apoiado a posse de Goulart por “respeito à Constituição”, afirma que passou a “conspirar em tempo integral assim que percebeu o propósito do presidente de boicotar o parlamentarismo”. CAMARGO, Aspásia e GÔES, Walder de (orgs.) – Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981, p. 535.
- 10 D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO Celso (orgs.) – Ernesto Geisel, 4a. edição, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 141.
- 11 D'ARAUJO, Maria C. e CASTRO Celso (orgs.) – Visões do golpe, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- 12 DREIFUSS, op. cit., pp. 161-165.
- 13 STEPAN, Alfred – Brasil: los militares y la política, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974, p. 196.
- 14 Idem, p. 234.
- 15 ESG, C4- 60 – 65, p. 17
- 16 Idem, p. 16.
- 17 Idem, p. 10.
- 18 ESG, C1-46-64, p. 9.
- 19 Idem, p. 3.
- 20 ESG, C1-48-64, p. 8.
- 21 ESG, C-03-64, p. 27.

22 Idem, p. 59.

- 23 “mais uma grande mistificação”, OESP, p. 3, 12/1/63.
- 24 “As habilidades de San Tiago Dantas”, OESP, p. 3, 1/2/64.
- 25 “Um salto para trás”, OESP, p. 3, 5/2/64.
- 26 “O levante de Brasília”, OESP, p. 3, 13/9/63.
- 27 “O Ministro da Guerra e a crise nacional”, OESP, p. 3, 27/9/63.
- 28 “A catástrofe em que vamos soçobrando”, OESP, p. 3, 8/10/63
- 29 “As verdadeiras razões do recuo”, OESP, p. 3, 10/10/63.
- 30 “Trama diabólica”, OESP, p. 3, 2/2/64.
- 31 “As linhas mestras da conjuntura nacional”, OESP, p. 3, 26/2/64.
- 32 “As lições e os fatos”, OESP, p. 3, 6/3/64.
- 33 “Depois da FAB a Marinha”, OESP, p. 3, 29/3/64.
- 34 “O caudilho, o Congresso e a Nação”, OESP, p. 3, 18/3/64.
- 35 “O paulista e a Nação em perigo”, OESP, p. 3, 21/3/64.
- 36 “As ‘reformas de base’ a as classes produtoras”, OESP, p. 3, 29/1/63.
- 37 SILVA, Golbery do Couto e – Geopolítica do Brasil, 2a. edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967, p. 83.
- 38 DREIFUSS, op. cit, p. 485.
- 39 A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em São Paulo no dia 19/3/64, e que reuniu uma multidão calculada em mais de meio milhão de pessoas, foi organizada pelos empresários, políticos e entidades que faziam oposição ao governo. Contaram com o apoio dos setores conservadores da Igreja.
- 40 Inúmeros sindicatos de trabalhadores tiveram sua diretoria cassada pelo AI-1, criou-se o depósito compulsório no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, além da “data-base” anual para os reajustes salariais e empreendeu-se uma intensa política de contenção do consumo. Para este modelo de política econômica, reportamos o leitor para a palestra da ESG, no Curso Superior de Guerra – C-14-63.
- 41 Este documento foi tornado público numa coletânea de escritos inéditos do jornalista, com o título de Política e Cultura, São Paulo: Martins Editora, 1969.
- 42 “As esquerdas e o Congresso”, OESP, p. 3, 29/7/64.
- 43 “A ‘Sorbonne’ e a Revolução de Março”, OESP, p. 3, 31/7/64.
- 44 Idem, ibid.
- 45 “A fala do presidente”, OESP, p. 3, 2/10/65.
- 33 “Depois da FAB a Marinha”, OESP, p. 3, 29/3/64.
- 34 “O caudilho, o Congresso e a Nação”, OESP, p. 3, 18/3/64.
- 35 “O paulista e a Nação em perigo”, OESP, p. 3, 21/3/64.
- 36 “As ‘reformas de base’ a as classes produtoras”, OESP, p. 3, 29/1/63.
- 37 SILVA, Golbery do Couto e – Geopolítica do Brasil, 2a. edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967, p. 83.
- 38 DREIFUSS, op. cit, p. 485.
- 39 A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em São Paulo no dia 19/3/64, e que reuniu uma multidão calculada em mais de meio milhão de pessoas, foi organizada pelos empresários, políticos e entidades que faziam oposição ao governo. Contaram com o apoio dos setores conservadores da Igreja.
- 40 Inúmeros sindicatos de trabalhadores tiveram sua diretoria cassada pelo AI-1, criou-se o depósito compulsório no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, além da “data-base” anual para os reajustes salariais e empreendeu-se uma intensa política de contenção do consumo. Para este modelo de política econômica, reportamos o leitor para a palestra da ESG, no Curso Superior de Guerra – C-14-63.
- 41 Este documento foi tornado público numa coletânea de escritos inéditos do jornalista, com o título de Política e Cultura, São Paulo: Martins Editora, 1969.
- 42 “As esquerdas e o Congresso”, OESP, p. 3, 29/7/64.
- 43 “A ‘Sorbonne’ e a Revolução de Março”, OESP, p. 3, 31/7/64.
- 44 Idem, ibid.
- 45 “A fala do presidente”, OESP, p. 3, 2/10/65.